

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO COMERCIAL DO  
MERCOSUL: 1994 - 2005:

Luciana Aparecida Bastos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola

São Paulo

2008

## **RESUMO**

Esta Tese consiste em avaliar o desempenho comercial do Mercosul, no período de 1994-2005. O intuito da mesma é verificar de que maneira as crises internacionais da década de 1990, bem como as crises conjunturais e estruturais das economias-membro, influenciaram no desempenho do comércio intra e extra-regional das mesmas, a saber: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, nesse período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mercosul, desempenho comercial, integração, países-membros, avaliação.

## **ABSTRACT**

This thesis consists of evaluating the Mercosur commercial performance from 1994 to 2005. It aims to verify both the form in which the 90's decade international crisis as well as the conjunctural and structural bodywork crisis affected the internal and external regions of Mercosur economies trade performance such as: Argentine, Brazil, Paraguay and Uruguay during the period mentioned above.

**KEY WORDS:** Mercosur, trade performance, integration, member countries, evaluating.

## INTRODUÇÃO

Os diferentes ciclos sociais e econômicos, assim como o progresso tecnológico que a sociedade vem experimentando ao longo dos anos, tem levado a uma rápida e dinâmica internacionalização dos mercados. Nesse contexto regido pelo processo de globalização, a estratégia para aumentar ganhos comerciais e ganhar força política nas negociações internacionais que os países vem adotando, cooperou para a constituição de um novo processo de ajustamento econômico e comercial entre os países, denominado por “integração econômica”.

Esse processo tem abarcado todas as regiões do globo, a começar pela Europa, precursora da integração na década de 1990.

A América Latina, desta forma, após a integração européia, também abraçou o mesmo processo, na década de 1960.

De acordo com BASSO (1992, p.23):

*“Durante muitos anos a filosofia econômica acerca da integração latino-americana era fruto do conceito da substituição de importações: todo agrupamento econômico de países na sub-região deveria, naquela perspectiva, isolar-se da concorrência internacional a fim de fortalecer-se, ou criar um setor industrial qualquer.”*<sup>1</sup>

Porém, na verdade, a idéia de integração latino-americana vislumbrou-se desde Simón Bolívar que, em 1824, convocou as nações ibero-americanas para o Congresso Anfictiônico do Panamá, em 22 de junho de 1826, onde defenderia a unidade latino-

---

<sup>1</sup> BASSO, Maristela. **Integração econômica e institucionalização: As experiências do Mercosul e da União Européia.** CD-ROM Enciclopédia Digital Direitos Humanos II, São Paulo, 1992, p.23. apud. (internet) <http://www.dhnet.org.br/oficinas/cursoac/mercosul/mercosul1.html>.

americana.<sup>2</sup> Todavia, tal congresso foi frustrante e a idéia de Bolívar não foi adiante. Foi apenas após a União Européia iniciar o processo, impelida pelo fim da II Guerra Mundial, que o assunto voltou a ganhar vulto na América Latina.<sup>3</sup>

Assim, em 1960, amparada pelo processo de integração européia iniciada em 1957, e no excelente resultado da CECA - Comunidade Européia do Carvão e do Aço, resultado da União Aduaneira do BENELUX (integração entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo) em 1948, foi criada, na América Latina, a ALALC - Associação Latino Americana de Livre Comércio.<sup>4</sup>

A ALALC foi criada pelo Tratado de Montevideu de 18/02/1960, e era composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, visando, dentre outros objetivos, criar um grande mercado econômico através da ampliação dos mercados nacionais de seus membros. Esse objetivo seria atingido mediante a implantação de um programa de reduções tarifárias que seria alcançado em 12 anos, ou seja, a integração seria formalizada em 1973.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. Atlas, São Paulo, 7ª Edição, 2001, p.200.

<sup>3</sup> Na verdade, dado o fim da II Guerra e a devastação das economias européias, alguns países europeus viam a necessidade de promover um processo de união do continente no intuito de promoção da paz, aliás, o processo de integração européia, em sua gênese, vislumbrou a promoção do retorno da paz entre os países outrora em guerra. É certo que o processo de integração tomou novos rumos, abrangendo novos objetivos como a expansão comercial, a redução de barreiras tarifárias, a cooperação econômica, dentre outros, que, vieram a tomar proporções bem maiores do que a da busca pela paz. Mas o objetivo inicial, era a promoção da paz.

<sup>4</sup> Em 1948, Bélgica, Holanda e Luxemburgo formaram o BENELUX: uma União Aduaneira que, associada à Alemanha Ocidental, França e Itália, constituiu-se num esquema de integração maior, a saber, a CECA- Comunidade Européia do Carvão e do Aço.

Com relação ao carvão e ao aço, essa comunidade tinha por objetivo eliminar barreiras alfandegárias e restrições de natureza econômica. A CECA ainda instituiu uma política adequada de preços de transportes e uma tarifa alfandegária comum aos países europeus não – membros.

O Tratado de Roma, criador da CECA, dizia que tais nações-membro deveriam substituir as rivalidades históricas por uma fusão de interesses. A CECA, em si, constituiu-se no embrião do Mercado Comum Europeu, a atual União Européia.

<sup>5</sup> Outros objetivos primordiais da ALALC que seriam alcançados conforme o processo de integração fosse sendo ampliado, configuravam-se na expansão do comércio intra-regional, na promoção e regulamentação do comércio recíproco, através de acordos bilaterais, na complementação econômica e no estabelecimento de modo gradual e progressivo de um mercado comum latino-americano.

Porém, a ALALC não atingiu aos seus objetivos devido a uma série de motivos, dentre os quais destacaram-se: as instabilidades políticas de seus países-membros, a falta de uma autoridade supranacional que coordenasse o processo em busca do cumprimento das metas estabelecidas, e os falsos nacionalismos de alguns dos seus membros, que a viam como um artifício utilizado pelos países-membros mais desenvolvidos para reduzir o grau de soberania nacional dos países menores, ou mesmo para eliminar por completo essa soberania.

Desta forma, devido ao fracasso da ALALC em sua tentativa de estabelecer um Mercado Comum latino-americano, a mesma foi extinta e, em 1980, substituída pela ALADI - Associação Latino-Americana de Integração, mediante o Tratado de Montevideu de 12/08/1980.

Os objetivos da ALADI eram os mesmos da ALALC, ou seja, a promoção do comércio intra-regional, o fomento e a regulamentação do comércio recíproco, através de acordos bilaterais, a complementação econômica e o estabelecimento, de modo gradual e progressivo, de um mercado comum latino-americano.

Os membros da ALADI são Argentina, Bolívia, Brasil Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Bolívia e Venezuela. Em 06/11/ 1998, Cuba foi aceita como país-membro na Décima Reunião do Conselho de Ministros, passando a ser membro pleno da ALADI em 26 de agosto de 1999, após serem cumpridas as formalidades pertinentes.

Porém, de acordo com KINOSHITA (2002, p.19):

*“(...) as associações (ALALC e ALADI) diferem bastante uma da outra no que se refere ao grau ou nível de organização adotado, aos critérios mais ou menos seletivos de incorporação dos membros, ao nível mais ou menos elevado de*

*envolvimento pessoal ou do nível de  
envolvimento nacional.*<sup>6</sup>

Mas o que mais chama a atenção em termos de diferenciação entre ALALC e ALADI, já que os objetivos de ambas são os mesmos, é que o Tratado de Montevideu de 1980 proporcionou maior flexibilidade para o processo de integração. Isso ocorreu porque o TM-80 permitiu que a integração fosse alcançada por meio de um processo de integração subregional paralelo ao próprio processo de integração regional.

Os países-membros, desta forma, poderiam unir-se mediante uma fusão de interesses comuns e mediante sua proximidade geográfica, em blocos subregionais de integração, nos quais tratariam de desenvolver projetos comuns de promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico mútuos, reduções tarifárias, promoção do aumento do volume do comércio inter-membros, dentre outros objetivos traçados em conjunto. Essa iniciativa agradou aos países-membros que, desde a década de 1960, embora não previsto pela ALADI, já traçavam alternativas de integração em blocos subregionais para tratar de interesses comuns de seus membros, e promover seu crescimento econômico e comercial. Isso pode ser observado em iniciativas como a do CARICOM, em 1973. O bloco foi formado por ex-colônias de potências européias que, após a sua independência, viram-se na contingência de aliar-se para suprir limitações decorrentes da sua nova condição e acelerar o seu processo de desenvolvimento econômico.

Pode-se destacar, ainda, a iniciativa do PACTO ANDINO, formado por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, em 1969, a partir do Acordo de Cartagena, objetivando criar um Mercado Comum, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento

---

<sup>6</sup> KINOSHITA, Fernando. *Da Associação Latino-Americana de Livre Comércio à Associação Latino-Americana de Integração: Notas sobre a integração regional*. In: *Âmbito Jurídico*, fev/2002 [Internet] <http://www.ambito-juridico.com.br/aj/di0011.htm>.

dos países membros através da integração econômica. Destaca-se, ainda, a iniciativa do G3, grupo formado por México, Peru e Venezuela, em 1994, e a iniciativa do Mercosul, formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, também em 1994.

Na verdade, as relações comerciais entre Argentina e Brasil já vinham desde a década de 1940, antes da Guerra Européia ter se convertido em um conflito mundial de proporções gigantescas. Nesse período, houve uma tentativa de formar uma União Aduaneira bilateral entre Brasil e Argentina, aberta aos demais países da região, mas frustrada devido aos itinerários políticos diversos seguidos pelos dois países naquela conjuntura político-militar e, também, em razão de assimetrias econômicas entre Brasil e Argentina.

Em 1950, o projeto foi renovado por iniciativa peronista, para a formação de um bloco entre Argentina, Brasil e Chile, denominado de PACTO ABC,<sup>7</sup> mas as

---

<sup>7</sup> Paranhos, que viveu de 1819 até 1880, visconde do Rio Branco, pai do barão do Rio Branco e também relator da Lei do Vinte Livre, buscou uma maior aproximação entre Brasil e Argentina no final do século XIX.

Até este período, as relações com o país vizinho estiveram sobremodo tensas pela insistência de Estanislao Zeballos, 3 vezes ministro das Relações Exteriores, em afirmar que Rio Branco era o cérebro de uma articulação macabra EUA-BR contra a emergente República Argentina.

Na virada do século XIX, porém, Julio Roca assumiu a presidência da Argentina pela 2ª vez, todavia, sem Zeballos na chancelaria, auferindo prioridade à um acordo no Cone Sul.

Assim, tem início a articulação do Pacto ABC, idéia compartilhada entre o barão do Rio Branco e Roca. Roca em 1903, já havia visitado o Brasil e o Chile a fim de negociações no âmbito desse Pacto. Em 1904, o barão assumia a chefia do Itamaraty, enquanto Argentina, Chile e Brasil acordavam integralmente pela primeira vez sobre a emancipação do Panamá.

Ainda em 1904, Roca deixou a presidência e, em 1906 Zeballos voltou ao cargo de ministro das Relações Exteriores, ainda mantendo aquela velha mágoa do barão e defendendo a teoria da conspiração entre EUA e Brasil contra a Argentina.

Assim, impossibilitadas as negociações entre os rivais chanceleres, e com a opinião Argentina temendo a reação negativa por parte dos EUA, opinião esta motivada por Zeballos, e também do Peru, que se via marginalizado pela Argentina, o Pacto ABC terminara sepultado, sendo ressuscitado por Perón nos anos 50.

Com o retorno de Vargas e Perón ao poder nos anos de 1950 no Brasil e na Argentina respectivamente, iniciou-se a idéia de uma nova discussão em torno do mesmo assunto, a saber: a integração regional. Perón convidou Vargas a acolher a idéia da união entre Brasil, Argentina e Chile para coordenar a defesa do Atlântico Sul e formar uma união comercial aduaneira. Assim, constituir-se-ia o Pacto ABC.

Porém, o clima político para a sustentação de Vargas era instável, chegando Perón a aconselhá-lo a transferir o governo para o Estado do Rio Grande do Sul, onde seria amparado e protegido pelas forças de Perón.

Ademais, foi nesse contexto que Perón começou a articulação do Pacto ABC.



naturais diferenças políticas e de orientação diplomática hemisférica entre os governos, no contexto da Guerra Fria, sepultaram rapidamente a tentativa.

Em 1968, foi firmada em Buenos Aires, a Ata para a Integração argentino-brasileira, a qual instituiu o programa de Integração e Cooperação Econômica - PICE, cujo objetivo era proporcionar um espaço econômico comum, com abertura seletiva dos respectivos mercados e estímulo à complementação econômica de setores específicos de ambos os países.

Os resultados desse acordo levaram, em 1988, à celebração do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, através do qual os dois países expressaram o desejo de constituir, num prazo de 10 anos, um espaço econômico comum.

Esse espaço econômico comum seria constituído por meio de uma liberação integral do intercâmbio recíproco, em áreas como produtos alimentícios

---

A caminho do Chile em 1952, Perón questionou a Vargas sobre o projeto. Vargas, por sua vez, não formalizou o apoio, porém consentiu com a idéia.

Perón, ao propor o pacto ao general Carlos Ibañez Del Campo, presidente do Chile, foi questionado sobre a opinião de Getúlio Vargas. Peron mesmo não titubou em afirmar que o Brasil já aceitara a proposta. Assim, Ibañez, de imediato, tratou logo de assinar a Ata de Santiago, firmando o documento inicial para a integração dos três países: Argentina, Brasil e Chile.

Tal fato foi noticiado e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Neves da Fontoura, que, alheio a Perón, desmentiu totalmente a resolução do Brasil sobre o assunto, destacando o desinteresse do Brasil em quaisquer acordos, e também desautorizou a todos de tomarem decisões sem seu consentimento.

Nesse cenário político totalmente conturbado, o presidente Vargas, do Brasil, preferiu manter o ministro no cargo.

Desta forma, através do jornalista Geraldo Rocha, expõe à Perón o desentendimento geral a fim de que fosse prosseguida a questão.

A UDN então, no Brasil, aproveitou o caso e, aliada à imprensa, armou um motim a fim de agravar a crise política, impedindo qualquer relação entre a Argentina e Brasil.

Ademais, o desfecho dessa crise, no Brasil, culminou com o suicídio de Vargas em 1954, e na Argentina, um ano depois, com a renúncia de Perón. Assim, foi desmantelada a idéia do Pacto ABC e da interação no Cone Sul, que, apenas após décadas, renasceria sob o pretexto de criação do Mercosul na era FHC. Mas, mesmo assim, sem ter sido homologado, o Pacto ABC é tido como o embrião do Mercosul.

Para maiores detalhes sobre a história do Pacto ABC, veja-se: CISNEROS, Andrés & IÑIGUEZ, Carlos Piñeiro. *Del ABC al Mercosur: la integración latinoamericana em la doctrina y práxis del peronismo*. Buenos Aires: ISEN/Nuevo Hacer/Grupo Editor Latinoamericano, 2002, ISBN: 9506946817, 601p.

industrializados, bens de capital, dentre outras. Mas o decisivo impulso da integração entre ambos foi dado pelos presidentes Carlos Menem e Fernando Collor de Mello, em 1990, quando, no dia 06/08, assinaram a Ata de Buenos Aires, que fixou a data de 31/12/1994 para a formação definitiva de um Mercado Comum entre Argentina e Brasil.

De março de 1991 a dezembro de 1994, configuraria um período de transição, onde se daria início a um programa de liberação comercial entre os membros.

Em 26/03/1991, Uruguai e Paraguai aderiram ao processo em curso, com a Assinatura do Tratado de Assunção, que constituiu, de fato, o Mercosul, formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Ainda, com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em 17/12/1994, o bloco ganha personalidade jurídica de direito internacional e passa a ter competência para negociar, em nome próprio, acordos com terceiros países, organismos internacionais ou outros blocos e grupos de países.

Para o Brasil, especificamente, as expectativas referentes ao Mercosul, em termos de expansão de suas exportações, era muito grande, pois, com os países-membros geograficamente próximos contando com reduções tarifárias gradativas e progressivas, haveria uma facilitação do escoamento dos produtos brasileiros aos mesmos e proporcionaria, através da redução dos custos de produção e de logística de transportes, economias de escala.

É certo que as críticas em relação à participação do Brasil no bloco também não eram efêmeras. MAIA (2001), citando falas de SERRA (1993), quando o mesmo concedeu entrevista à Revista Exame, em 10/11/1993, relata que o autor afirmou que:

***“Formando o Mercosul, a Argentina terá acesso livre a um mercado 03 vezes maior, o Uruguai e o Paraguai a um mercado 60 vezes superior aos seus. O Brasil, a um mercado equivalente a 1/3 do seu. Aliás, “believe it or not”, as decisões sobre o Mercosul, no período de transição são tomadas entre os quatro países por consenso, ou seja, cada um tem poder de veto e voto, mesmo se tiver 2% do PIB do outro. Trocando em miúdos, o rabinho abana o elefante.”***<sup>8</sup>

De acordo com MAIA (2001), muitos estudiosos acreditavam que o Mercosul não iria sobreviver, devido ao fato das grandes disparidades existentes entre os níveis de desenvolvimento econômico de seus membros e, no caso do Uruguai e do Paraguai especificamente, constituíam-se em países demasiado dependentes das importações, contando com parques industriais pouco desenvolvidos e, isso, dificultaria a implantação de uma Tarifa Externa Comum – TEC, que pudesse beneficiar a todos de igual modo.<sup>9</sup> Ainda, o nacionalismo dos países-membros poderia entrar em conflito com os interesses comerciais, econômicos e políticos do bloco.

Porém, aos estudiosos otimistas, adeptos à idéia da efetivação da integração entre esses países configurada no Mercosul, o mesmo era visto como uma oportunidade de geração de ganhos comerciais, mediante a expansão do comércio intra-bloco, facilitada pelas reduções tarifárias.

Para o Brasil especificamente, alguns estudiosos otimistas acreditavam que os ganhos comerciais seriam ainda maiores. Isso pode ser comprovado pelo quadro a

---

<sup>8</sup> Op. Cit. (2001) p.209, citando SERRA, José. Reportagem publicada na Revista Exame, em 10/11/1993.

<sup>9</sup> O Brasil buscaria a implantação de uma TEC elevada, visando o protecionismo de seus produtos. Já o Uruguai e o Paraguai, lutariam por uma TEC bastante reduzida, já que dependem sobremaneira de importações. Para a Argentina, o ideal seria uma TEC de proporções medianas.

seguir, onde pode ser observado o incremento nas exportações brasileiras para o Mercosul, entre os anos de 1990 e 2000.

Observe-se que desde o ano de 1990, marcado pelo início do acirramento do processo de abertura econômica da região, o Brasil já vem elevando suas exportações para o Mercosul. Observe-se ainda, que a partir da conformação do Mercosul (1994), as mesmas não param de crescer em relação ao bloco, e mantém essa tendência até o ano de 2003.

## QUADRO 1

### EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA O MERCOSUL US\$ MILHÕES FOB, 1990 E 1995-2004.

<b>Ano</b>	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>
	<b>Brasil</b>	<b>Mercosul</b>
<b>1990</b>	<b>31.414</b>	<b>1.320</b>
<b>1995</b>	<b>46.506</b>	<b>6.154</b>
<b>1996</b>	<b>47.747</b>	<b>7.305</b>
<b>1997</b>	<b>52.994</b>	<b>9.047</b>
<b>1998</b>	<b>51.140</b>	<b>8.878</b>
<b>1999</b>	<b>48.011</b>	<b>6.778</b>
<b>2000</b>	<b>55.086</b>	<b>7.733</b>
<b>2001</b>	<b>58.086</b>	<b>6.364</b>
<b>2002</b>	<b>60.362</b>	<b>3.311</b>
<b>2003</b>	<b>73.084</b>	<b>5.672</b>
<b>2004*</b>	<b>5.800</b>	<b>535</b>

\*janeiro

FONTE: SECEX , 2004 (Adaptação)

Observa-se que após a criação do Mercosul (1994), constatam-se constantes elevações na participação do mesmo como comprador de produtos brasileiros a partir de 1995, o que é um tanto óbvio, devido ao mercado ampliado intra-zonal. A queda na participação do Mercosul como importador dos produtos brasileiros, a partir de 2001, é explicada pelas crises cambiais que afetaram o poder de consumo dos países-membros,

sobretudo a Argentina, todavia, mostrando sinais de recuperação a partir de 2003. E, mesmo com tal redução, pode-se verificar que a participação do Mercosul na compra de produtos brasileiros ainda é bem maior do que no ano de 1990.

Dessa mesma expectativa de auferir crescentes ganhos comerciais, mediante o incremento de suas exportações para o mercado ampliado do Mercosul, partilhavam os demais países-membros: Paraguai, Argentina e Uruguai. Este foi o real motivo da adesão dos mesmos ao bloco.

Desta forma, e baseando-nos neste contexto de tamanhas expectativas dos países-membros do bloco em expandir suas exportações intra-regionais, facilitadas pelo mercado ampliado, bem como pelas reduções tarifárias oriundas da integração, foi que decidimos realizar uma análise do desempenho comercial dos países-membros do Mercosul após a formação do bloco (1994). O período da análise inicia-se em 1994, após as respectivas adesões dos países-membros ao Mercosul, através do Protocolo de Ouro Preto (1994) e segue até 2005.

Realizar uma análise desse tipo não é nada fácil, mesmo porque são muitos os fatores (externos e internos), tais como: conjuntura interna dos países-membros, conjuntura econômica internacional, relações comerciais extra-regionais, dentre outras, que interferirão nesse desempenho comercial dos países-membros, no âmbito do Mercosul, gerando reflexos diferentes nesses distintos membros.

Ainda, a utilização de um grande volume de dados estatísticos torna-se imprescindível como instrumental de análise. Ademais, a precisão dos dados estatísticos aliada ao contexto histórico e econômico das economias mundial e do

Mercosul, dentro do período de análise selecionado, será fundamental para comprovar a veracidade das conclusões da análise desse desempenho comercial.

O período de análise selecionado para avaliar o desempenho das relações comerciais intra-regionais das economias-membro do Mercosul, especificamente, se estenderá, por sua vez, de 1995, (um ano da conformação do bloco), até 2004, em virtude das dificuldades na obtenção dos saldos comerciais dos países-membros para os anos de 1994 e 2005, o que não trará nenhum prejuízo à análise.

Desta forma, para a realização deste estudo, dividiremos esta Tese em três capítulos.

No primeiro deles, trataremos de expor como se deram as primeiras tentativas integracionistas na América Latina, que se traduziram em precursoras da formação do Mercosul. O capítulo tratará de uma reconstituição histórica do processo de integração da América Latina, embasada em grandes estudiosos da integração como FONSECA (2000), ALMEIDA (1998), CHACON (1996), COGGIOLA (2004), dentre outros.

Trará, ainda, um enfoque sobre as principais Teorias da Integração utilizadas como aparato teórico pelos estudiosos do processo, as quais também delineiam as fases do processo de integração para os grupos de países que almejam alcançar a formação de um Mercado Comum.

No segundo capítulo, abordaremos o contexto da Formação do Mercosul em si. Tal capítulo também será composto por uma reconstituição histórica da formação do bloco, pautada sob a ótica do regionalismo aberto da CEPAL (1994).

No terceiro capítulo, por sua vez, faremos uma análise do desempenho comercial dos países-membros do Mercosul a partir de 1994, frente às principais crises econômicas internacionais que permearam o processo integracionista do bloco, até o ano de 2005.

Após tal avaliação, ainda nesse mesmo capítulo, procuraremos analisar os saldos comerciais dos países-membros do bloco.

Nosso intuito, a partir dessa análise, é demonstrar de que forma as crises internas do bloco, com destaque para a desvalorização do real (1999) e a crise financeira argentina (2001), frutos dos ajustes macroeconômicos das economias-membro fomentados, em parte, pela conjuntura internacional da década de 1990, marcada, por sua vez, pela Crise Mexicana (1994), Asiática (1997) e Russa (1998), afetaram o desempenho comercial dos países-membros.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do surgimento do Mercado Comum Europeu (1950), tem sido buscadas distintas formas para concretizar uma integração econômica na América Latina.

Data de 1960 a criação do primeiro projeto de Integração Latino-Americano: ALALC- Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

A mesma, amparada pelo Tratado de Montevideu de 1960 (TM-60), era composta por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Seu principal objetivo era a criação de um grande Mercado econômico regional, através da ampliação dos mercados de seus membros, a exemplo do Mercado Comum Europeu.

A ALALC, porém, não atingiu ao seu objetivo, devido às instabilidades políticas de seus países-membros, às assimetrias econômicas dos países integrados e à falta de uma autoridade supranacional que coordenasse o processo de integração, na busca do cumprimento das metas estabelecidas.

Desta forma, em 1980, a ALALC foi substituída pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), amparada pelo Tratado de Montevideu de 1980 (TM-80).

Os objetivos principais da ALADI eram os mesmos da ALALC, a saber: promover o comércio intra-regional no mercado ampliado, fomentar e regulamentar o comércio recíproco de seus membros mediante acordos bilaterais e estabelecer, de forma gradual, um Mercado Comum latino-americano.

Porém, diferente da ALALC, a ALADI previa, pelo próprio TM-80, que grupos

menores de países da região pudessem se unir para desenvolver projetos comuns de crescimento e desenvolvimento econômico mútuos, promoção do aumento do volume de comércio inter-membros e reduções tarifárias traçadas em conjunto pelos países-membros: Era a conformação da integração subregional.

O Mercosul surgiu nesse contexto, através de uma aproximação entre Brasil e Argentina, em 1986, pelos então presidentes Sarney, do Brasil, e Alfonsín, da Argentina.

Em 1986, foi firmada a Ata para a Integração argentino-brasileira, que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica \_PICE, cujo objetivo era criar um espaço econômico comum, com abertura seletiva dos mercados argentino e brasileiro e estimulando a complementação econômica de setores específicos de ambos os países.

Os resultados dessa aproximação levaram os dois países, em 1988, a celebrar o Tratado de Interação, Cooperação e Desenvolvimento, no qual os países expressaram o desejo de construir um Mercado Econômico Comum.

Em 1990, os presidentes Menem ( da Argentina) e Collor (do Brasil), assinaram a Ata de Buenos Aires, fixando a data exata para a formação definitiva de um Mercado Comum entre Brasil e Argentina (31/12/1994), fruto dos reflexos do capitalismo globalizado frente ao sucesso da União Européia.

Em 26/03/1991, Uruguai e Paraguai também aderiram ao processo, mediante a assinatura do Tratado de Assunção.

Ademais, o Mercosul nasce em meio a um ambiente de profunda mudança do Sistema Internacional, tais como: o fim da Guerra Fria e da bipolaridade, o crescimento do comércio mundial, a interdependência mundial pelo fluxo de comércio e os avanços integracionistas da União Européia.

Nesse contexto, a vitória dos governos de direita neoliberal nos quatro países

integrantes do bloco, a saber: Menen (na Argentina), Collor (no Brasil), Lacalle (no Uruguai) e Andrés Rodrigues (no Paraguai), propuseram, através do Tratado de Assunção (1991), a abertura de suas respectivas economias.

O objetivo dos quatro membros era estabelecer um Mercado Comum em âmbito subregional, com livre circulação de fatores produtivos, estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum –TEC-, uma política comercial comum e a convergência de suas políticas macroeconômicas.

Porém, as assimetrias socioeconômicas em que se encontravam os países-membros, dificultavam a coordenação das políticas econômicas que, aliadas à vulnerabilidade externa das economias-membro, oriunda das estratégias neoliberais de financiamento, ocasionou aos mesmos um grande endividamento externo.

Ademais, a integração do Mercosul deu-se de forma bastante distinta da integração européia, a qual tomou como exemplo, pois a Europa tratou, antes, de superar as rivalidades históricas entre os países-membros, para, depois, começar a trabalhar em conjunto, em prol de auferir benefícios mútuos para os países envolvidos no processo de integração.

No Mercosul, pelo contrário, ainda imperavam (e ainda imperam) os nacionalismos entre os países-membros, bem como imperavam em toda a América Latina, sendo, os tais, a causa principal dos problemas integracionistas da região. (RIVAS, 2002, p.2)<sup>10</sup>

Tais nacionalismos, por sua vez, não permitiam que os países integrados lutassem por interesses comuns, embora possuíssem problemas estruturais e conjunturais semelhantes.

O Mercosul, como os demais projetos integracionistas antecedentes na América

---

<sup>10</sup> RIVAS, Alfredo Ângelo. *Integración y Governabilidad en América Latina: ¿Una conciliación imposible?* ALDEA MUNDO, Año 6, N 11, 5/11/2002.

Latina, vislumbrava a integração como a “poção mágica” que solucionaria todos os problemas de seus membros. Primeiro, haveria a integração e, no decorrer de suas etapas de desenvolvimento, a solução de problemas e conflitos inerentes às economias-membro, ao contrário do que fez a União Européia.

A despeito desses equívocos quanto ao que venha a ser, e em como deve ser direcionada a integração para que haja benefícios a todos os países integrados, no âmbito do Mercosul, houve uma dinâmica muito significativa dos fluxos comerciais intra e extra-regionais para os parceiros integrados.

De 1990 a 1995, enquanto as exportações extra-regionais do bloco passaram de um montante de US\$ 46, 5 bilhões ,em 1990, para US\$ 62 bilhões em 1995, as exportações intra-regionais passaram de US\$ 4,1 bilhões, em 1990, para US\$ 14,4 bilhões em 1995. (MONTROYA, 2002, p.43.) Isso demonstra que a integração do Mercosul auferiu benefícios comerciais ao bloco.

A partir da década de 1990, ainda devido ao processo de abertura comercial das economias-membro, há um acentuado incremento de Investimento Estrangeiro Direto (IDE) para a América Latina, com destaque especial para as duas economias promotoras do Mercosul: Argentina e Brasil.

Tal fato ocorreu devido ao baixo custo da mão-de-obra nesses países, ao conjunto de políticas públicas de incentivo ao IDE, amparadas pelo Regionalismo Aberto da CEPAL, e devido ao grande mercado doméstico desses países, sobretudo do Brasil.

Assim, o Mercosul, com a ampliação do Mercado Regional, tornou-se elemento-chave para a atração de IDE para a região e, sobretudo, para o Brasil, transformando o mesmo em uma base regional de exportação para muitas empresas multinacionais.

No que tange ao desempenho comercial do bloco, tanto intra quanto extra-regional, alguns episódios decorrentes da nova realidade internacional da década de 1990 (acirramento do processo de globalização e da regionalização) influenciaram diretamente na condução das políticas econômicas dos países integrados, auferindo fortes conseqüências para o desempenho comercial dos mesmos.

Os episódios mais marcantes em nível internacional, que influenciaram diretamente nessa dinâmica, foram: a Crise Mexicana (1994), a Crise Asiática (1997) e a Crise Russa (1998).

A Crise Mexicana (1994), criou uma conjuntura interna no México de grande instabilidade, comprometendo a economia do país e resultando em imensa fuga de capitais estrangeiros de seu mercado financeiro. Tal crise levou o México à participação ao NAFTA, em 1994, objetivando facilitar a recuperação da atividade econômica do país.

No Mercosul, devido a tal crise, entre 1990 e 1997 o total das exportações dos países-membros cresceu 77%, percentual muito inferior ao crescimento de 233% do total das importações. (GINESTA, 1999, p.38).<sup>11</sup>

Isso ocorreu porque, nessa década como um todo, caracterizou-se um forte ajuste importador nas economias periféricas, numa tentativa de implementar programas de estabilização com âncoras cambiais e políticas de abertura externa.

No Brasil, devido a tal crise, foram implementadas medidas visando a contenção monetária e do crédito, as quais resultaram na desaceleração do crescimento da economia, no aumento da taxa de desemprego e na retração da produção industrial.

Ajustou-se, ainda, a política cambial, introduzindo-se o sistema de bandas cambiais, através do qual a moeda flutua entre limites que poderiam ser modificados

---

<sup>11</sup> GINESTA, J. *El Mercosur y su Contexto Regional e Internacional: Una introducción*. Ed. Universidade/UFRS, 1999.

periodicamente.

Nesse momento, no Mercosul, também foi concebida a TEC- Tarifa Externa Comum, e o Programa de Liberalização Comercial, visando incentivar a competitividade externa dos países integrados. Nesse escopo, aumentaram-se tanto as exportações quanto as importações nesse período, embora as importações tenham crescido mais que as importações devido às medidas de ajuste das economias-membro, necessárias para que as mesmas se ajustassem ao processo de abertura econômica.

Esse quadro de crescimento tanto das exportações quanto das importações do Mercosul, culminou por reforçar que houve sucesso no que se refere ao cronograma previsto para Liberalização Comercial no bloco, já que o comércio intra-bloco aumentou de US\$ 24,00 bilhões, em 1994, para US\$ 42,00 bilhões, em 1997.

A Crise Asiática, outro episódio internacional demasiado importante que ocorreu no período de 1997-98, onde o mundo deparou-se com uma nova conjuntura de instabilidade econômica, que resultou da crise financeira em cambial que se estabeleceu na Ásia, trouxe, por sua vez, os seguintes reflexos ao desempenho comercial do Mercosul: uma redução da corrente de comércio tanto intra quanto extra-bloco. A única exceção foi para o comércio de bens intra-bloco, pelo lado das importações do Mercosul, que permaneceu inalterado de 1997 para 1998.

A Crise Russa, ecoando de forma marcante no mercado financeiro russo em meados de 1998, que culminou em uma decretação de moratória por parte da Rússia, que, por sua vez, sentiu drasticamente os efeitos da Crise Asiática, provocou os seguintes reflexos no desempenho comercial do Mercosul: tendência de queda no volume de comércio tanto intra quanto extra-bloco, até 1999. A Crise Russa também provocou uma fuga de capital estrangeiro do Brasil, que, em 1998, era de US\$ 31.913 milhões, reduzindo-se para US\$ 28.576, em 1999. Essa fuga de capital estrangeiro do

Brasil deixou evidente a necessidade do país modificar a condução de sua política econômica, cortando gastos, aumentando a receita e colocando o mercado externo produtos com maior competitividade.

Frente a tal Crise, ainda, observou-se que o comércio mundial de bens, pelo lado das importações, foi maior do que pelo lado das exportações. Já em relação ao Mercosul, o comércio de bens pelo lado das importações foi maior do que pelo lado das exportações até o ano 2000. De 2001 a 2004 a tendência se inverteu, e o comércio de bens do Mercosul passou a ser maior pelo lado das exportações, do que pelo lado das importações.

Porém, no que tange ao desempenho comercial dos países-membros do Mercosul, individualmente, de 1995 a 2004, frente a essa conjuntura internacional adversa, as conclusões das análises são as seguintes:

No que tange aos saldos comerciais do Paraguai com os demais parceiros do Mercosul, observou-se que o mesmo apresentou saldos negativos com relação a todos os demais parceiros do bloco, demonstrando que o país é um típico importador no bloco.

Porém, observamos que mesmo apresentando saldos comerciais negativos em relação a todos os demais parceiros do bloco, as reduções tarifárias oriundas do Mercosul, bem como a liberalização comercial, cooperaram para que o comércio no Mercosul fosse expandido para o Paraguai nesse período, como pudemos observar pelos dados contidos no quadro 15. Nele pudemos observar como o comércio intra-regional passou a ser mais importante para o Paraguai a partir da formação do Mercosul.

Em 1990, o comércio intra-regional do Mercosul absorvia 27,4% das exportações totais do Paraguai, enquanto, em 2004, passou a absorver 32,9% dessas

exportações.

Analisando os saldos comerciais do Uruguai em relação aos demais membros do Mercosul, de 1995-2004, chegamos às seguintes conclusões:

Em relação à Argentina, os saldos comerciais do Uruguai foram totalmente deficitários em todo o período de análise, salientando que o Uruguai tem se mostrado um típico importador argentino.

Em relação ao Brasil, os saldos comerciais do Uruguai apresentaram-se deficitários apenas no período entre 1999-2001, período que compreendeu a desvalorização do real e a crise financeira argentina.

Todavia, de acordo com NEVES (2007)<sup>12</sup>, entre 1990 e 1998, as exportações uruguaias para o Mercosul cresceram a uma taxa de 12% ao ano, após a formação do bloco, enquanto suas importações cresceram a uma taxa de apenas 1,3% ao ano, o que demonstra que o Mercosul elevou sobremaneira sua importância como importador de produtos uruguaios, já desde os primeiros anos de sua formação.

Em relação ao Paraguai, o Uruguai apresentou saldos comerciais positivos em todo o período de análise.

Analisando os saldos comerciais da Argentina em Relação aos demais membros do Mercosul, de 1995-2004, nossas conclusões foram as seguintes:

Em relação ao Paraguai e ao Uruguai, a Argentina apresentou saldos comerciais positivos em todo o período de análise.

Em relação ao Brasil, a tendência continua a mesma: a Argentina, da mesma forma que para o Paraguai e o Uruguai, apresentou saldos comerciais positivos em relação ao Brasil, durante todo o período de análise (com exceção para o ano de 2004).

---

<sup>12</sup> NEVES, Leonardo Holzmann. *As relações entre o Uruguai e o Mercosul em três momentos: 1991-Tratado de Assunção, 1999- Crise Econômica, e 2006- Aprofundar Mercosul ou TLC com os EUA*. I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAM e PUC-SP), 12 a 14 de novembro, São Paulo, 2007. Comunicação.



Desta forma, observando os saldos comerciais positivos da Argentina em relação ao Brasil, de 1995-2004, verificamos que aquela situação catastrófica que a Argentina lograva atravessar, de uma “enxurrada de produtos brasileiros invadindo o país”, fruto da política brasileira de desvalorização do real, não se confirmou em âmbito das trocas comerciais.

Ademais, tal fato nos levou a crer que a onda de protecionismo argentino às importações do Brasil não se baseou no “boom” dessas importações rumo ao mercado argentino, mas, sim, das dificuldades macroeconômicas derivadas de seu sistema cambial atrelado ao dólar (currency board) que impedia que o país utilizasse o câmbio fixo como instrumento de estímulo à atividade econômica. A Argentina, por conta da desvalorização do real, feriu os próprios preceitos da liberalização comercial amparados pelo Tratado de Assunção (1991) e alegou responsabilidade ao Brasil de um total descontentamento dos países-membros ao projeto de integração do Mercosul, nesse período.

Por fim, analisando os saldos comerciais do Brasil em relação aos demais parceiros do Mercosul, no período de 1995-2004, chegamos às seguintes conclusões:

O Brasil apresentou saldos positivos em todo o período no bloco, somente em relação ao Paraguai.

Em relação ao Uruguai, os saldos positivos para o Brasil deram-se apenas após o ano da desvalorização do real (1999), estendendo-se até o ano de 2001 (ano que deflagrou a crise financeira argentina), mostrando a importância que as políticas brasileiras possuem para a modificação das tendências comerciais dos parceiros intra-bloco.

No que tange à Argentina, o Brasil apresentou saldos negativos durante todo o período, inclusive nos anos que se seguiram a tão comentada, criticada e conturbada

desvalorização do real.

Desta forma, concluímos que o Brasil é o principal importador das economias-membro do bloco e é, ainda, a economia que menos apresentou saldos comerciais positivos no comércio intra-zona, carecendo, ainda, de ter que policiar suas políticas econômicas para evitar crises de credibilidade ao projeto de integração do Mercosul, mesmo que tais políticas o mantenha com saldos comerciais negativos em relação aos demais parceiros, no comércio intra-mercossul.

Ademais, o Brasil, como principal economia do bloco, tem o poder, mediante seus ajustes macroeconômicos internos, de promover ou não o desempenho comercial positivo das demais economias-membro intra-zona.

Concluimos, ainda, pela análise dos saldos comerciais individuais dos países-membros do Mercosul, que o Brasil foi o grande responsável por fomentar a expansão do comércio intra-bloco dos demais parceiros, através de suas importações.

Por fim, as análises dos saldos comerciais demonstraram que todas as economias-membro do Mercosul foram fortemente impactadas pelos resultados das mudanças nos rumos da economia brasileira (ajustes macroeconômicos), resultantes, sobretudo, da desvalorização do real, em 1999.

Ademais, seus respectivos níveis de atividade econômica, fluxos de capitais e fluxos comerciais do bloco, oscilaram de acordo com os ajustes macroeconômicos da economia brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES PRIMÁRIAS:

*O Tratado de Assunção* (1991)

*O Protocolo de Ouro Preto* (1994)

### FONTES SECUNDÁRIAS:

MISES, L. v. *Liberalismo segundo a Tradição Clássica*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio: Instituto Liberal, 1996.

SCHAPOSNIK, Eduardo Carlos. *As Teorias da Integração e o Mercosul: estratégias*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

FRIEDMAN, Thomas, L. *O Lexus e a Oliveira: Entendendo a Globalização*. Ed. Objetiva, São Paulo, 1ª Ed. 1999

AGUILAR, Guillermo e MIRAMONTES, Rodolfo Cruz, in RODRÍGUEZ, Héctor Moreira (org.), *Entendiendo el TLC*. México, Centro de Estudios Estratégicos, 1994.

BALASSA, Bella. *Teoria da integração econômica*. Lisboa: Livraria Clássica. 1ª. Edição, 1961.

BIELSCHOWSKI, Ricardo. *Evolución de las ideas de la CEPAL*. Revista de la CEPAL. Cincuenta Años, Santiago, Numero Extraordinario, outubro, 1998.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A Integração Econômica Latino-Americana: Do Sonho à Realidade*. Alfa-Omega, SP, 1990.

SILBER, Simão D. *Evolução e tendência do comércio internacional*. Série Assuntos Internacionais. Coleção Documentos São Paulo. Editora Instituto de Estudos Avançados IEA/USP, São Paulo, junho de 1995.

VACCHINO, Juan Mario y PULGAR, Telasco. *Articulación de Acuerdos de Integración y la Comunidad Latinoamericana de Naciones*. En capítulos nº 53, enero-junio, SELA, Caracas, 1998.

(COMESA, 2006).

AGUILAR, Guillermo e MIRAMONTES, Rodolfo Cruz, in RODRÍGUEZ, Héctor Moreira (org.), *Entendiendo el TLC*. México, Centro de Estudios Estratégicos, 1994.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Mercosul: Fundamentos e Perspectivas*. Editora LTR, São Paulo, 1998.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Brasil e o Futuro do Mercosul: Dilemas e Opções*. (capítulo do livro) *Mercosul: Integração Regional e Globalização*, de autoria de CASELA, Paulo Borba et. Al. Editora Renovar, São Paulo-Rio de Janeiro, 2000.

ALVAREZ, Roberto ; FUENTES, Rodrigo. *Chile: Efectos del acuerdo con el Mercosur en la economía*. Comercio Exterior, v.47, n.11, p.899-906, Banco Nacional de Comercio Exterior, México, novembro, 1997.

ALVES, Jaime da Silva. *MERCOSUL: Características estruturais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai*. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1992.

AMARAL, Sandra Maria de Carvalho. *A dinâmica das relações comerciais do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial (1998-2005)*. Universidade de Brasília – UNB- Instituto de Relações Internacionais , Programa de Mestrado em Relações Internacionais. Dissertação de Mestrado, Brasília-DF-, 2007.

ARENAS, N. y SONNTAG, H. *La Globalización: Una Mirada desde América Latina*. En Cuadernos del CENDES-Caracas, Año 11, nº 27, Segunda Epoca, Septiembre-Diciembre, 1994. Artigo publicado no livro organizado por BASSO, Maristela et.al. *Mercosul: Seus Efeitos Jurídicos, Econômicos e Políticos nos Estados-Membros*. Livraria do Advogado, 2ª Edição, Porto Alegre, 1997.

BALZE, F.<sup>a</sup>M. *El Comercio Exterior Argentino en la decada de 1990*. Ediciones Manantial. Buenos Aires, 1991.

BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: Integração Regional da Retórica à Realidade*. Editora Aduaneiras, 1ª Edição, São Paulo, 1996.

BASSO, Maristela. *Integração Econômica e Institucionalização: As Experiências do Mercosul e da União Européia*. CD-ROM-Enciclopédia Digital Direitos Humanos II, São Paulo, 1992. apud. (internet) <http://www.dhnet.org.br/oficinas/cursoac/mercosul/mercosul11.html>.

BASSO, Maristela. *Integração econômica e institucionalização: As experiências do Mercosul e da União Européia*. CD-ROM Enciclopédia Digital Direitos Humanos II, São Paulo, 1992, p.23. apud. (internet) <http://www.dhnet.org.br/oficinas/cursoac/mercosul/mercosul11.html>.

BAUMANN, Renato; MUSSI, Carlos: *MERCOSUL: Então e Agora*. LC/BRS/R.159.CEPAL, Escritório no Brasil, maio de 2006.

BEHAR, Jaime. *Integración y Coordinación de Políticas Económicas en América del Sur*. Aldea Mundo, outubro 1998 – abril 1999.

BERNAL-MEZA, R. *Sistema Mundial y Mercosur – Globalización, Regionalismo y Políticas Exteriores Comparadas*. Argentina, Nuevohacer/Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo et.al. *O Regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: A Integração Econômica a Serviço da Transformação Produtiva com Equidade*. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Editora Record, Rio de Janeiro, V.2, 2000.

CAMPBELL, J. (ed.). *Mercosul: Entre a Realidade e a Utopia*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2000.

CANUTO, Otaviano. *A crise asiática e seus desdobramentos*. Econômica, nº 4, pp.25-60.

CARAMUTI, O.S. De.(coord). *El Mercosur en el Nuevo Orden Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1996.

CARDOSO, Eliana & HELWEGE, Ann. *A Economia da América Latina*. Editora Ática, São Paulo, 1993.

CARVALHO, Ailton Mota de. *Integração e Desintegração da América Latina*. Caderno de Geografia, vol.6, nº 8, dez/1986.

CARVALHO, Delgado & RIEMER, Anna Maria Delgado de. *História das Américas*. Editora Record Cultural, Rio de Janeiro, 1975.

CASELA, Paulo Borba. *Pequenas e Médias Empresas e Integração no Mercosul*. (capítulo de livro) **Mercosul: Seus Efeitos Jurídicos, Econômicos e Políticos nos Estados-Membros.**, de autoria de BASSO, Maristela et.al. Livraria do Advogado, 2ª Edição, Porto Alegre, 1997.

CASTEX, Paulo Henrique. *Os Blocos Econômicos como Sociedade Transnacional – A Questão da Soberania*. (capítulo de livro) **Mercosul: Integração Regional e Globalização.**, de autoria de CASELA, Paulo Borba, et. Al. Editora Renovar, São Paulo-Rio de Janeiro, 2000.

CEPAL. *Desarrollo Reciente de los Procesos de Integración en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile, ( LC/R, 1.381), mayo, 1994.

CEPAL. *La Inversión Extranjera en América Latina y el Caribe*. Informe 2001, CEPAL-Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 2002.

CHACON, Vamireh. *O Mercosul: A Integração Econômica da América Latina*. Editora Scipione, São Paulo, 1996.

CHALOUT, Yves & HILLCOAT, Guillermo. *O Período de Transição do Mercosul e o Setor Primário*. Planejamento e Políticas Públicas. n° 13, jan-jun, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. *América Latina: Integração e Desintegração*. (capítulo de livro). *A América Latina e a Globalização*. FFLCH/PROLAM – USP, São Paulo, 2004.

CONTINI, Elísio. *Dinamismo do Agronegócio Brasileiro*. apud. (internet) <http://www.agroline.com.br/artigos/artigo.php?id=22> 21/04/2001.

ESTEVADEORVAL, Antonio. *Traditional Market Access Issues In Rtas: An Unfinished Agenda In The Americas?* Washington, D.C., 2002, apud ILHA, Adayr et.al, *As Políticas Comerciais do Brasil e seus Reflexos no Comércio com a Argentina*. REPPIL@, v.1, n°1, UFSM-RS, 2003.

FLÔRES, Renato G. Junior. *Investimento Direto Estrangeiro no Mercosul: Uma Visão Geral*. Ensaios Econômicos. Fundação Getúlio Vargas, EPGE. n° 598, São Paulo, agosto de 2005.

FONSECA, Paulo Sérgio Moreira da. *O processo de Integração da América Latina e do Caribe*. Texto produzido pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a colaboração da Área de Planejamento do BNDES, disposto nos Anais do Seminário sobre a América do Sul: A organização do espaço sul-americano, de 31 de julho a 2 de agosto, Brasília, 2000.

FRANCO, Gustavo H. B. *Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil 1995-2004: “passivo externo” ou “ativo estratégico”?* Revista Política Internacional – CIDEC-Centro Interdisciplinar de Estudos Econômicos, em colaboração com o Centro de Estudos das Américas do Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes, 15/04/2005.

FRANCO, Gustavo H.B. *Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil 1995-2004: “passivo externo” ou “ativo estratégico”?* Revista Política Internacional-CIDEC-Centro Interdisciplinar de Estudos Econômicos, em colaboração com o Centro de Estudos das Américas do Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes. 15/04/2005.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GIMENES, Rafael Urbano. *Regime de Concorrência das Empresas Binacionais no Mercosul*. In. *Mercosul: Integração Regional e Globalização*. Editora Renovar, São Paulo-Rio de Janeiro, 2000.

GINESTA, J. *El Mercosur y su Contexto Regional e Internacional: Una introducción*. Ed. Universidade/UFRS, 1999.

HAFFNER, Jacqueline Hernández. *A CEPAL e a Integração Latino-Americana*. Revista Análise Econômica, UFRS, ano 20, 1996.

JANK, M & NASSAR, A. *A Reconfiguração do agrusiness no Mercosul e Chile*. In. *Agricultura no Mercosul. Chile mais Bolívia*. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Montevideu (CRS), 1997.

JANK, Marcos Sawaya. *O Contexto do Mercosul: Harmonização de Políticas e Competitividade*. IPEA, Rio de Janeiro, 1994.

KINOSHITA, Fernando. *Da Associação Latino-Americana de Livre Comércio à Associação Latino-Americana de Integração: Notas sobre a integração regional*. In: *Âmbito Jurídico*, fev/2002 [Internet] <http://www.ambito-juridico.com.br/aj/di0011.htm>.

KOTZ, H.H. & CRETSCHMANN, K. *Convergencia en Diferentes Niveles de Integración Económica: La experiencia Europea*. Integración Latinoamericana, 19, Buenos Aires, ago./sept. 1994.

MACHADO, João B. M. *Mercosul: Processo de Integração. Origem e Evolução*. São Paulo, Aduaneiras, 2000.

MACHADO, João Bosco M; RIBEIRO, Fernando J. *Conflitos Comerciais no Mercosul: Mudança cambial e questões estruturais*. Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE). FUNCEX-Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, 1999.

MAIA, Jayme de Mariz. *Economia Internacional e Comércio Exterior*. Atlas, São Paulo, 7ª Edição, 2001.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A integração econômica da América Latina: Do sonho à realidade*. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1990.

MONTOYA, Marco Antonio. **“O Agronegócio no Mercosul: Dimensão Econômica, Desenvolvimento Industrial e Interdependência Estrutural na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai**. UFP-RS, RBE, Rio de Janeiro, out/dez., 2002.

NEVES, Leonardo Holzmann. *As relações entre o Uruguai e o Mercosul em três momentos: 1991-Tratado de Assunção, 1999- Crise Econômica, e 2006- Aprofundar*

**Mercosul ou TLC com os EUA.** I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAM e PUC-SP), 12 a 14 de novembro, São Paulo, 2007. Comunicação.

NICOLINI, Elisabete R. **Políticas de Estabilização recentes de Argentina e Brasil e a estratégia de integração econômica proposta com o Mercosul.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina- PROLAM- da Universidade de São Paulo USP-SP, 2001.

NOBILE, Rodrigo Orlandi. **Os Investimentos Diretos Intra-Regionais no Mercosul.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM. USP-SP, 2004.

PAREDES, Fernando Salazar. **La Sinergia como condición previa para la nueva integración.** Anais do Seminário Sobre a América do Sul, Brasília, 03 de julho a 02 de agosto, 2000.

REIS, Márcio Monteiro. **Interpretação Constitucional do Conceito de Soberania.** (capítulo de livro) **Mercosul: Integração Regional e Globalização**, de autoria de CASELA, Paulo Borba, et. Al. Editora Renovar, São Paulo-Rio de Janeiro, 2000.

RIVAS, Alfredo Ângelo. **Integración y Governabilidad en América Latina: ¿Una conciliación imposible?** ALDEA MUNDO, Año 6, N 11, 5/11/2002.

RIVAS, Alfredo Ângelo. **Integración y Governabilidad en América Latina. ¿ Una Conciliación Imposible?** Aldea Mundo, Año 6, nº 11, mayo-octubre, 1997.

ROZEMBERG, Ricardo; SVARZMAN, Gustavo. **Informe Mercosul.** Ano 7, número 8. Período 2001-2002. Instituto para a Integração de América Latina e do Caribe.. BID-INTAL, Buenos Aires-Argentina, 2003.

RUSSO, Jose Luis. **Las Disparidades Regionales e sus Efectos Sobre los Sistemas Agroalimentares en el Marco del Mercosur.** Universidad de Córdoba (España). Escuela de Ingenieros Agrónomos y Montes. Economía Agroalimentaria-Desarrollo Regional, Tesis Doctorales, 1997.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996

VACCHINO, J.M. **La Integración Latinoamericana en la era de la globalización. Desarrollo de Espacios y Opciones de Integración.** En Integración Solidaria: **América Latina: América Latina en la Era de la Globalización.** Caracas, Ediciones Universidad Simón Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1995.

VACCHINO, Juan Mario & PULGAR, Telasco. **Articulación de Acuerdos de Integración y la Comunidad Latinoamericana de Naciones.** En Capítulos nº 53, enero-junio, SELA, Caracas, 1998.

VACCHINO, Juan Mario. **La Integración Regional y las Negociaciones del Alca.** Aldea Mundo, Año 6, 2006.



VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Crise asiática, recuperação e construção da multipolaridade*. In *Nova Ordem Global – Relações Internacionais do Século 20*. 11 de março de 2004. ([www.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo\\_152.htm](http://www.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_152.htm))

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Mercosul e Sociedade Civil*. São Paulo em Perspectiva 16 (1), 63-73, 2002.